

RESUMO EXPANDIDO

O TRABALHO REMOTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: OS ENFRENTAMENTOS DA PRÁTICA DOCENTE, EM TEMPOS DE PANDEMIA - UMA ANÁLISE DOCUMENTAL E BIBLIOGRÁFICA

Vitor Sergio de Almeida¹, Katia de Freitas Costa², Nilzete Aparecida de Souza Santos³

A Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou, em 11 de março de 2020, a doença COVID-19, causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, como uma doença pandêmica, ou seja, em que há uma alta disseminação do vírus, por meio da transmissão sustentada de pessoa para pessoa, em escala mundial (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2021).

Diante desta pandemia, em consonância com diretrizes e determinações das instâncias brasileiras e da própria OMS, os diversos campos profissionais precisaram adequar as ações, então, promovendo, por exemplo, medidas de distanciamento entre as pessoas, buscando evitar a proliferação do vírus (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2021). A educação presencial (caracterizada pelo intenso contato entre os indivíduos) também teve que se adequar a tal situação. Assim, o Ministério da Educação (MEC) autorizou o “trabalho remoto” sendo aplicado da Educação Infantil até a Educação Superior, tanto na rede pública quanto na privada, em todo o país.

Dito isso, como objetivos básicos, neste trabalho, busca-se, primeiro, compreender a interligação impositiva da “Educação Infantil” e do “trabalho do docente” com o “trabalho remoto” durante a pandemia da COVID-19, assim, em segundo lugar, observar os principais enfrentamentos que os docentes tiveram no exercício profissional. Enfim, ressalta-se a ligação da “Educação Infantil” com o “trabalho do docente” e “trabalho remoto”.

O presente estudo tem como proposta metodológica uma pesquisa documental e bibliográfica. Sobre a parte documental, diz-se que os materiais são norteadores nacionais que tratam da educação de modo geral, bem como do trabalho remoto.

Destaque para: a Constituição Federal (CF) de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394 de 1996, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Resolução CNE/CP nº 2 de 2020 e o Censo Escolar nacional de 2020. A pesquisa bibliográfica consistiu em busca de referencial teórico para o estudo do tema investigado por meio de obras acadêmicas e científicas. Então, uma revisão literária foi feita utilizando as palavras-chaves que norteiam esta pesquisa (trabalho docente, trabalho e ensino remoto e Educação Infantil), a qual aconteceu no período de 28 de junho a 25 de novembro de 2021, via Google e Google Acadêmico, sendo encontradas quatro publicações alinhadas com a presente temática: Barros, Souza, Dutra, Gusmão e Cardoso (2021); Santos, Macedo e Coelho (2020); Vio, Pascoal, Camargos e Feijó (2020) e, por fim, o trabalho técnico do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO), sediado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), intitulado “Trabalho Docente em Tempos de Pandemia”.

No bojo da Educação Infantil, a Constituição Federal de 1988 dispõe que no Art. 208 a Educação Infantil engloba as creches e pré-escolas com crianças até cinco anos, no Art. 211, que os municípios devem ser o desencadeador prioritário desta etapa da Educação Básica. (BRASIL, 1988). Na Base Nacional Comum Curricular, de 2017, a Educação Infantil deve difundir questões relativas “as experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à Educação familiar” (BRASIL, 2017, p. 36).

O trabalho docente envolve o dia a dia das questões relacionadas aos aspectos de ensino-aprendizagem (preparação de aulas, avaliação, gestão escolar, material didático), identitárias e de profissionalização (a constituição do professor, bem como a formação dele), condições de trabalho (dentro e fora da escola), remunerativas e status (salário e valorização da classe entre ela e pela sociedade e governos). Portanto, o trabalho docente é tudo aquilo que relaciona o professor, sendo assim, um tema relevante, especialmente, ligado ao momento pandêmico.

Em relação ao trabalho remoto, diz-se que ele consiste na substituição temporária das aulas presenciais por atividades remotas visando garantir um processo

educacional, mesmo em um período de crise sanitária, adequando o ensino e a aprendizagem ao distanciamento social. Isto posto, percebe-se a necessidade de um contato próximo, interativo que gera uma socialização constante entre o educador e a criança, no ciclo da Educação Infantil. Ressalta-se que ele tem algumas variações de nomenclaturas (as quais podem indicar e reforçar proposições e interesses), ilustrativamente, citam-se “ensino remoto (ou digital, ou on-line)”, “atividades pedagógicas não presenciais”, “teletrabalho”.

Conclui-se que a imensa maioria das escolas públicas no Brasil paralisaram as atividades presenciais durante períodos da pandemia (meados de 2020 e quase todo ano de 2021). Observando os resultados dos gráficos apresentados pela GESTRADO e os correlacionado com arcabouços sobre a questão remota, entende-se que para uma parcela considerável dos docentes o trabalho remoto provocou mudanças urgentes na adequação de novas metodologias, com o uso de tecnologias digitais e novos modelos para a prática no processo ensino e aprendizagem, ou seja, demarcou um momento de dificuldades e enfrentamentos.

Acredita-se que dentre as dificuldades ocorridas, a falta de conhecimento e domínio da tecnologia foi a mais gritante, pois, existe uma diferença considerável em utilizar à internet por diversão e usá-la profissionalmente – para gravar vídeos, elaborar e postar conteúdos capazes de prender a atenção de uma criança. Por outro lado, os estudantes da Educação Infantil, depararam com muitos enfrentamentos como o não acesso à tecnologia, falta de estrutura familiar para acompanhar as atividades on-line, de material tecnológico necessário.

Todas essas dificuldades são corroboradas pelos resultados da pesquisa do GESTRADO. Neste contexto, destacam-se alguns trechos conclusivos. No primeiro gráfico, observa-se que o professor tem pouca experiência com aulas remotas, ou seja, quase 90% dos professores entrevistados. Essa situação é um agravante para o mal desempenho da educação. No terceiro gráfico fica evidente que a carga horária dos professores aumentou consideravelmente, durante a aplicação do trabalho remoto, o que tende a ser prejudicial à saúde física e mental, trazendo um resultado negativo para o trabalho e para a vida dos docentes. No quarto gráfico apresentado, entende-se que o acesso aos recursos (ferramentas digitais), a autonomia de

aprendizagem pelas crianças e o acompanhamento das famílias nas atividades remotas propostas são pequenos, enfim, as condições apresentadas para a criança não são garantia de um bom aprendizado.

O ideal é que todos tivessem acesso às ferramentas necessárias para o acompanhamento das atividades remotas, como computador, celular (individual), um suporte familiar adequado, contínuo para somar com os professores e conseguir bons resultados para as crianças nas atividades remotas.

Analizando esses aspectos, entende-se que o ensino remoto, na Educação Infantil, é algo emergencial e inibe o contato professor e aluno. Para esse público, em específico, essa dinâmica não é a ideal (o presencial, conforme a LDB de 1996, é o regime salutar), uma vez que a criança precisa do estímulo visual, do contato com os professores e colegas. Enfim, a socialização das crianças é um fator importante no desenvolvimento das crianças.

O governo e a sociedade devem valorizar mais os professores, pois a pandemia mostrou que ensinar é mais do que repetir fórmulas prontas, reproduzir textos e fazer cópias. Já a família, ela é um importante elo entre a criança e a escola, porém, nesse momento de pandemia tem, em grande parte, demonstrado dificuldades para acompanhar as crianças durante o ensino remoto.

Por fim, outro fato importante evidenciado nesta pesquisa foi a dedicação por parte do professorado para que o ensino alcance seus alunos durante a pandemia. Com isso, espera-se que a valorização do governo aconteça por meio da oferta de melhores condições de trabalho, salários, cursos de capacitação. É preciso pensar que se, de forma precária, os professores conseguiram manter seu aluno em contato com o ensino, com a escola, com a sua formação escolar, o quanto poderia ser feito, com mais qualidade, se eles tivessem a estrutura e a valorização que merecem enquanto profissionais dedicados a causa educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Trabalho docente. Trabalho remoto. Enfrentamentos.

REFÊRENCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020**. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/90771-COVID-19>. Acesso em: 25 de mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Conselhos sobre doença coronavírus (COVID-19) para o público**. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public> Acesso em: 30 de junho de 2021. Acesso em: 11 jul. 2021.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor da Universidade do Estado Minas Gerais (UEMG), Unidade de Ituiutaba. Membro do grupo de pesquisa Políticas, Educação e Cidadania (Polis), sediado na UFU. E-mail: vitor.sergio@uemg.br.

² Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado Minas Gerais (UEMG), Unidade de Ituiutaba. E-mail: katia.1501340@discente.uemg.br.

³ Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado Minas Gerais (UEMG), Unidade de Ituiutaba. E-mail: nilzete.1537092@discente.uemg.br.